

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Carlos Alberto Batista Correia**

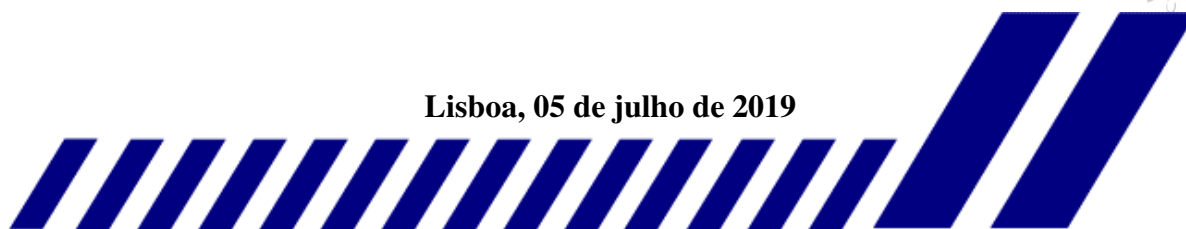
Comissário

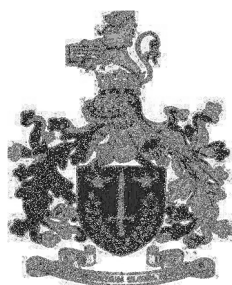
**A Suspensão da Execução da Pena  
em Direito Disciplinar:  
Discrecionariiedade e Fundamentação**

**Trabalho Individual Final**

III Curso de Comando e Direção Policial

Lisboa, 05 de julho de 2019





**Carlos Alberto Batista Correia**

Comissário

**A Suspensão da Execução da Pena  
em Direito Disciplinar:  
Discrecionariiedade e Fundamentação**

**Trabalho Individual Final**

III Curso de Comando e Direção Policial



## INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Estabelecimento de Ensino:**

Instituto Superior de Ciências  
Policiais e Segurança Interna

**Curso:**

III CCDP

**Unidade Curricular:**

Trabalho Individual Final

**Título:**

A Suspensão da Execução da Pena  
em Direito Disciplinar:  
Discrecionarietà e Fundamentação

**Autor:**

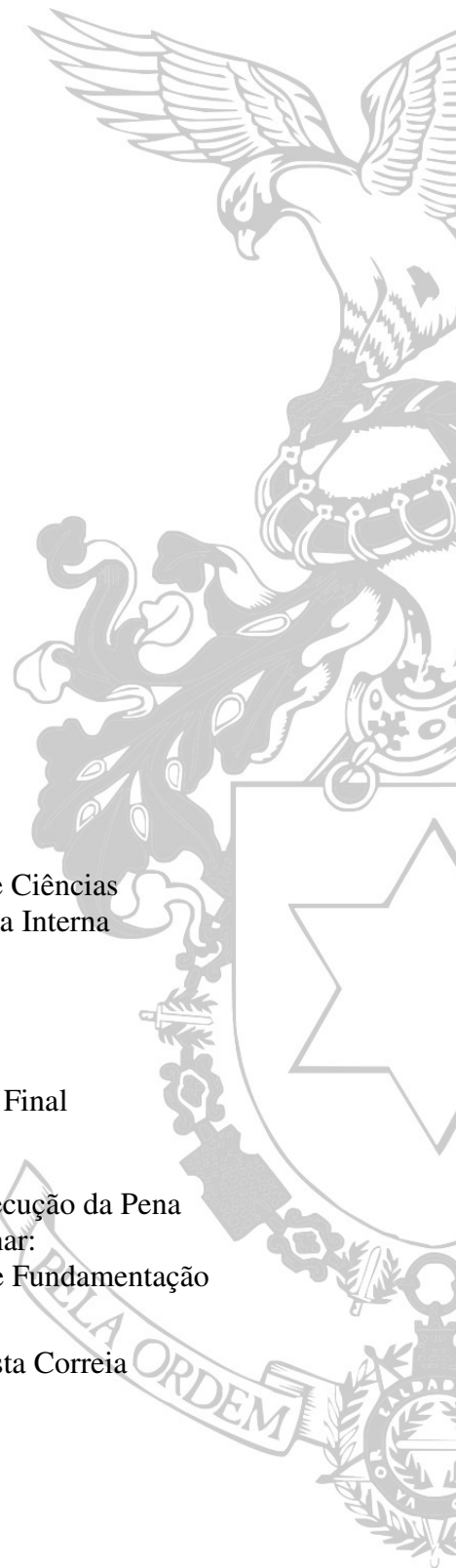
Carlos Alberto Batista Correia

**Local de Edição:**

Lisboa

**Data de Edição:**

05 de julho de 2019



**DEDICATÓRIA**

*A ti Constança, minha filha,  
que moldas a minha visão da vida.*

## **RESUMO**

As penas disciplinares constituem uma forma de punir os comportamentos ilícitos dos trabalhadores, *in casu* dos polícias, visando fins de punição, bem como de prevenção geral e especial. No entanto, a Polícia de Segurança Pública tem o poder discricionário de, *ex officio*, suspender a execução da pena disciplinar mediante a apreciação da personalidade do arguido, das suas condições de vida, da sua conduta anterior e posterior à infração e das circunstâncias desta, sendo estes pressupostos materiais imperativos para, de forma fundamentada, se poder aplicar o instituto da suspensão da execução da pena segundo um juízo de prognose favorável ao arguido quanto à sua conduta futura.

Através de uma abordagem qualitativa procurou-se, analisando o conteúdo dos relatórios dos instrutores dos processos disciplinares e dos despachos dos respetivos decisores finais, aceder ao tipo de argumentação expandida nos processos, se fundamentada ou se conclusiva, e, ainda, destacar os esquemas argumentativos que permitam perceber se todos os pressupostos materiais imperativos são apreciados na decisão.

**Palavras-chave:** discrecionariade; pena disciplinar; suspensão da execução da pena.

## **ABSTRACT**

Disciplinary penalties are a form of punishment for the illicit behavior of workers, *in casu* of the policemen, for the purpose of punishment, as well as general and special prevention. However, the Public Security Police has the discretionary power, *ex officio*, to suspend the execution of the disciplinary penalty by appraising the personality of the accused, their living conditions, their previous and subsequent conduct and the circumstances of the offense, these imperative assumptions are material to, in a reasoned manner, applied if the institute of the suspension of the execution of the penalty according to a prognosis judgment is favorable to the defendant as to his future conduct.

Through a qualitative approach, we analyze the contents of the reports of the instructors of the disciplinary processes and of the dispatches of the respective final decision makers, the type of argument presented in the cases, whether based or conclusive, and also to highlight the argumentative schemes, that make it possible to see whether all imperative material assumptions are appreciated in the decision.

**Keywords:** Discretionary; disciplinary penalty; suspension of execution of the penalty.

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA .....	i
RESUMO .....	ii
ABSTRACT .....	iii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO E CONCEITUAL .....	3
1.1. DO DIREITO DISCIPLINAR NA PSP. OBJETO E NATUREZA .....	3
1.2. DAS PENAS. TIPOLOGIA E FINS .....	4
1.2.1. Nótula introdutória .....	4
1.2.2. Tipologia e fins.....	5
1.3. DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DISCIPLINAR .....	7
1.3.1. Os fundamentos da suspensão e o juízo de prognose favorável ao arguido .....	7
1.3.2. Discrecionabilidade e decisão fundamentada .....	8
1.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.....	10
CAPÍTULO 2 – MÉTODO .....	12
2.1. O ENQUADRAMENTO.....	12
2.2. O ESTUDO QUALITATIVO .....	12
2.3. O CORPUS .....	13
2.4. O INSTRUMENTO: ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	14
2.5. PROCEDIMENTO: A PESQUISA DOCUMENTAL.....	15
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
3.1. ENQUADRAMENTO GERAL .....	17
3.2. FUNDAMENTAÇÃO DOS DESPACHOS DECISÓRIOS .....	17
3.3. PROPOSTAS E REQUERIMENTOS .....	20
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	25
ANEXOS.....	29
ANEXO 1 – Quadro categorial dos relatórios .....	29
ANEXO 2 – Grelha categorial dos relatórios .....	33
ANEXO 3 – Distribuição das u.r. pelas categorias e subcategorias dos relatórios .....	34

ANEXO 4 – Quadro categorial dos despachos decisórios (decisões) .....	38
ANEXO 5 – Grelha categorial dos despachos decisórios (decisões) .....	40
ANEXO 6 – Distribuição das u.r. pelas categorias e subcategorias dos despachos (decisões) .....	41
ANEXO 7 – Grelha classificativa das infrações.....	45
APÊNDICES .....	48
APÊNDICE 1 - Requerimento para consulta de dados em processos disciplinares no COMETLIS .....	48
APÊNDICE 2 – Autorização para consulta de dados em processos disciplinares no COMETLIS .....	49



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AP	–	Administração Pública
COMETLIS	–	Comando Metropolitano de Lisboa
CP	–	Código Penal
CPA	–	Código do Procedimento Administrativo
CRP	–	Constituição da República Portuguesa
CT	–	Código do Trabalho
DN/PSP	–	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
GDD	–	Gabinete de Deontologia e Disciplina
LGTFP	–	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	–	Ministério da Administração Interna
NDD	–	Núcleo de Deontologia e Disciplina
PSP	–	Polícia de Segurança Pública
RD PSP	–	Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública
STA	–	Supremo Tribunal Administrativo
STJ	–	Supremo Tribunal de Justiça
TCAN	–	Tribunal Central Administrativo Norte
TRC	–	Tribunal da Relação de Coimbra
u.r.	–	Unidades de Registo

## **INTRODUÇÃO**

O juízo de ponderação de aplicação da suspensão da execução de uma pena sempre nos suscitou alguma reflexão. A ponderação de circunstâncias, entre as quais a caracterização das faltas, sua qualificação e gravidade e a pena, impõem ao decisor disciplinar uma reflexão sobre as circunstâncias objetivas e subjetivas do cometimento do facto ilícito, nos termos do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, que aprova o Regulamento Disciplinar da PSP (RDPSP).

Tal ponderação, por vezes, não se esfuma na concretude da medida da pena a aplicar, pois ruma, mediante um poder discrecionário, a um juízo de ponderação sobre a suspensão da execução da pena, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior à infração e às circunstâncias desta, nos termos do n.º 1 do artigo 192.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aplicável por força do artigo 66.º do RDPSP.

No Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública (COMETLIS), e com respeito ao princípio da publicidade, são publicados excertos das decisões condenatórias dos processos disciplinares dos polícias que integram o mapa de pessoal deste Comando de Polícia, realidade que permitiu constatar que, numa prática recente, é frequente a aplicação do instituto da suspensão da execução da pena disciplinar.

Estranhamente, tais excertos não revelam os fundamentos sobre os quais o juízo de ponderação se debruçou para concluir sobre a aplicação, ou não, da suspensão da execução de uma pena. De imediato, surgiram-nos algumas interrogações. Há obrigatoriedade de pronúncia sobre a suspensão da execução da pena? Quem o formula o juízo tendente à suspensão da execução da pena, o instrutor ou o decisor final? Quais os pressupostos da fundamentação? Consiste em fundamentação ponderada ou conclusiva?

Com tais interrogações, debruçar-nos-emos sobre os fins do processo disciplinar, os fins das penas em processo disciplinar e sobre o instituto da suspensão da execução da pena. Em seguida, debruçar-nos-emos sobre os processos disciplinares existentes no COMETLIS, por se tratar do Comando de Polícia com maior número de efetivos, sendo que circunscreveremos este trabalho aos processos concluídos no ano de 2018, independentemente da data de abertura da instrução. Nestes, atenderemos, especialmente, aos relatórios dos instrutores e aos despachos dos decisores, já que são as únicas peças processuais, por excelência, onde são formulados os juízos de ponderação e de

fundamentação para aplicação da suspensão da execução da pena. Neles procuraremos identificar e analisar os fundamentos utilizados para a suspensão da execução da pena e qual a ponderação utilizada pelo instrutor e pelo decisor.

A pertinência deste tema justifica-se pelo crescente recurso à suspensão da execução da pena, realidade não diretamente prevista no RDPSP, mas de aplicação subsidiária pela LGTFP, e que, a não ser devidamente aplicada, poderá ser sindicável pelos tribunais.

O trabalho contará com três capítulos. No primeiro capítulo efetuaremos uma revisão de literatura na qual será abordado o conceito de infração disciplinar, qual a tipologia de penas e as teorias relativas aos seus fins e, ainda, a possibilidade de se suspender a execução da pena, sua significância e fundamentos, sobre a necessidade do juízo fundamentado e procederemos à formulação do problema de investigação. O segundo será dedicado ao método utilizado, iniciando por algumas considerações metodológicas, em seguida pela caracterização do objeto de estudo utilizado na amostra: a análise de conteúdo de peças processuais finais de processos disciplinares. No terceiro capítulo realizaremos uma análise e discussão dos resultados apurados em quadros categoriais de fundamentação das referidas peças processuais. Por último, na conclusão, apresentaremos uma síntese do que foi exposto previamente, onde daremos nota das limitações deste trabalho individual final e onde serão sugeridas linhas, que entendemos, profícuas de investigação futura.

## **CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO E CONCEPTUAL**

### **1.1. DO DIREITO DISCIPLINAR NA PSP. OBJETO E NATUREZA**

O quadro legal disciplinar da PSP encontra-se, ainda, regulado pela Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, cuja vigência finda em 30 de julho pela entrada em vigor da Lei n.º 37/2019, de 30 de maio, diploma que aprova o Estatuto Disciplinar da PSP e que vem conferir ao princípio do inquisitório da justiça disciplinar um carácter mais mitigado ainda vigoroso no atual Regulamento Disciplinar.

Dispõe o artigo 1.º do anexo à Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, que “O presente Regulamento aplica-se ao pessoal com funções policiais dos quadros da Polícia de Segurança Pública”, que responderá pelas infrações disciplinares perante os respetivos superiores hierárquicos, nos termos do disposto no artigo 3.º, constituindo norma especial face à LGTFP, à qual se subsumem, diretamente, as relações jurídicas laborais da maioria dos trabalhadores em funções públicas.

O RDPSP estabelece o conceito de infração disciplinar no n.º 1 do artigo 4.º, dispondo que “Considera-se infração disciplinar o ato, ainda que meramente culposos, praticado por funcionário ou agente da PSP com violação de algum dos deveres, gerais ou especiais, decorrentes da função que exerce”, estando tais deveres previstos nos artigos 7.º ao 16.º e nas demais leis estatutárias da corporação e da legislação sobre segurança interna, nos termos do disposto no artigo 17.º.

Pese embora o legislador, no RDPSP, na LGTFP e no Código do Trabalho (CT), não se refira expressamente ao objeto do Direito Disciplinar, podemos retirar tal conteúdo do conceito de disciplina constante do artigo 2.º do RDPSP, pois que “A disciplina na PSP consiste na exata observância das leis gerais do País, das regras especialmente aplicáveis aos elementos da PSP e das determinações que de umas e outras legalmente derivem”. Tendo em conta que o “Direito Disciplinar regula o conjunto de deveres que integram a função ou o serviço a que se destinam” (Sousa, 2011, p. 14), entendemos que o seu objeto consiste, numa dimensão estrita, na proteção de tais deveres e, numa dimensão mais lata, na proteção da disciplina que se preconiza essencial para o regular desenvolvimento dos fins de um serviço, organismo ou instituição (Neves, 1999). Destarte, não concordamos com alguns autores que vêm no objeto do Direito Disciplinar “a responsabilidade dos

trabalhadores que exercem funções públicas, quando violem os deveres gerais ou especiais próprios da natureza ou função exercida” (Sousa, 2011, p. 14), pois que a responsabilidade resulta do apuramento da participação ativa ou omissa de um trabalhador em dado facto, sendo assim um juízo conclusivo operado pela subsunção dos factos à norma. Dito de outro modo, a responsabilidade de alguém é retirada de uma conduta, pelo que tal responsabilidade não pode ser o próprio objeto de proteção de qualquer ramo do Direito. Ademais, em génese, o Direito Disciplinar funciona como uma forma de proteção contra o arbítrio do poder da Administração Pública (AP), que de outra forma exerceria sem limites o seu poder disciplinar punitivo (Ferreira, 2013).

O Direito Disciplinar na PSP tem a natureza de Direito sancionatório, de cariz administrativo, porque estatui consequências – penas – para a violação dos deveres gerais e especiais previstos na norma, distinguindo-se do Direito Penal pelo objeto de proteção da norma e pela natureza das sanções. Enquanto o Direito Penal visa a proteção de bens jurídico-penais que resultam de uma constelação constitucional de direitos, que assegura através da estatuição de penas, *in fine*, privativas da liberdade, o Direito Disciplinar preconiza a proteção da disciplina, *in casu*, na PSP, com vista ao regular funcionamento desta instituição, estatuinto penas não privativas da liberdade.

## **1.2. DAS PENAS. TIPOLOGIA E FINS**

### **1.2.1. Nótula introdutória**

Não obstante o RDPSP utilize ainda a expressão “pena” disciplinar para se referir à consequência resultante do apuramento de responsabilidade disciplinar, certo é que tal terminologia é mais indicada para o foro da lei penal, pois que a designação pena resgata uma lógica e materialidade inerente à prática de um crime a cujo autor é aplicada uma pena de multa ou de prisão, sendo a pena a expressão punitiva do crime e não de outras categorias de ilícitos (Carvalho, 2003; Neves, 2007).

Se olharmos os regimes constantes do CT e da LGTFP, ao invés de “pena disciplinar”, encontramos a terminologia sanção disciplinar. O mesmo se diga do Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, que estatui com uma coima a prática de uma determinada contraordenação. No sentido de a

“pena” ser um instituto relativo à aplicação da lei penal na categoria do crime, o legislador pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, que procedeu à conversão em contraordenações de contravenções e transgressões, converteu as penas de multa e de prisão ali previstas em coimas, nos termos do disposto no artigo 35.º.

Assim, não se compreende a terminologia, ainda vigente, e pasme-se a vigorar para o futuro por força da Lei n.º 37/2019, de 30 de maio. No entanto, por respeito à letra da lei, manteremos a terminologia legal de “pena” disciplinar, que o legislador avisado, na esteira da LGTFP, deveria ter denominado “sanção” disciplinar.

### **1.2.2. Tipologia e fins**

O RDPSP dispõe que, pela violação de algum dos deveres, gerais ou especiais, na sua maioria inominados, a saber, o dever geral do pessoal da PSP atuar no sentido de reforçar na comunidade a confiança na ação desenvolvida pela corporação, em especial no que concerne à sua imparcialidade; o dever de isenção; o dever de zelo; o dever de obediência; o dever de lealdade; o dever de sigilo; o dever de correção; o dever de assiduidade; o dever de pontualidade; o dever de apurmo e os deveres especiais que resultem das demais leis estatutárias da corporação e da legislação sobre segurança interna, nos termos do disposto nos artigos 7.º a 17.º, o polícia incorre, pela sua conduta ativa ou omissiva, numa infração disciplinar que dará lugar à instauração de um processo disciplinar, com vista a apurar a sua responsabilidade.

Findo o processo disciplinar, concluindo-se pela existência de factos ilícitos e de que foi o arguido quem os praticou, haverá lugar à aplicação de uma das penas disciplinares constantes do elenco dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do RDPSP, a saber, repreensão verbal; repreensão escrita; multa até 30 dias; suspensão de 20 a 120 dias; suspensão de 121 a 240 dias; aposentação compulsiva; demissão e cessão da comissão de serviço para o caso do pessoal dirigente ou equiparado. Para aplicação e graduação das penas disciplinares têm-se em linha de conta os critérios enunciados nos artigos 44.º a 50.º do RDPSP, bem como a natureza e gravidade da infração, a categoria do funcionário ou agente, o grau de culpa, a sua personalidade, o seu nível cultural, o tempo de serviço e todas as circunstâncias que militem contra ou a seu favor, nos termos do artigo 43.º.

As penas disciplinares encerram duas tipologias, a saber, penas que não inviabilizam a relação funcional – penas corretivas – e penas que inviabilizam a relação

funcional – penas expulsivas – (Caetano, 1996) (epígrafes das secções I e II, do capítulo II do Título III do RDPSP). De entre as penas referidas, apenas as penas de aposentação compulsiva, demissão e cessão da comissão de serviço inviabilizam a relação funcional.

Esta distinção tipológica das penas permite-nos, *ab initio*, considerar que as diversas penas disciplinares terão finalidades não inteiramente coincidentes. É dizer, se pela aplicação de, por exemplo, uma pena de multa não se inviabiliza a relação funcional, mantendo-se o trabalhador em funções, e se, por exemplo, pela aplicação de uma pena de demissão se impede que o trabalhador mantenha a relação funcional, não pode o legislador ter pretendido que a finalidade destas concretas penas seja inteiramente coincidente.

A pena disciplinar constitui uma censura e uma interpelação formal do trabalhador pela violação dos deveres, para que não reitere na conduta censurada e que atue no cumprimento dos deveres e obrigações laborais (Neves, 2007). Todavia, se nos casos de aplicação de pena que não inviabilize a relação funcional se compreende que a pena disciplinar seja uma censura e uma interpelação com vista à adequação futura da conduta do trabalhador, dificilmente se entende que no caso daquelas outras penas, que inviabilizam a relação funcional, constituam uma forma de interpelação, pois que, cessando a relação funcional, nenhuma adequação futura do trabalhador daí advirá.

Afigura-se-nos, assim, que as penas disciplinares têm fins de reprovação e de prevenção, sendo aqui possível distinguir entre prevenção geral, positiva e negativa, e prevenção especial, positiva e negativa.

Convém, contudo, referir que se nos casos de penas que não inviabilizem a relação funcional existem fins de reprovação, pelo mero sancionamento do trabalhador, e de prevenção geral, pela chamada de atenção da generalidade dos trabalhadores da conduta desvaliosa, demovendo-os da sua prática, e de prevenção especial, pela interpelação do trabalhador, demovendo-o de futuras infrações, no caso das penas que inviabilizam a relação funcional, concluímos, só encontrar fins de reprovação e de prevenção geral (Henriques, 1989; Pereira, 1962).

### **1.3. DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DISCIPLINAR**

#### **1.3.1. Os fundamentos da suspensão e o juízo de prognose favorável ao arguido**

O recurso à aplicação da suspensão da pena, embora não expressamente previsto no RDPSP, resulta da aplicação subsidiária do artigo 192.º da LGTFP *ex vi* artigo 66.º do RDPSP, ali se dispondo que:

As sanções disciplinares previstas nas alíneas *a)* a *c)* [repreensão escrita, multa e suspensão] do n.º 1 do artigo 180.º podem ser suspensas quando, atendendo à personalidade do trabalhador, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior à infração e às circunstâncias desta, se conclua que a simples censura do comportamento e a ameaça da sanção disciplinar realizam de forma adequada e suficientes as finalidades da punição.

A suspensão da execução da pena disciplinar assenta num juízo de prognose favorável ao infrator, mas aferida ao momento da aplicação da pena e não do momento do cometimento dos factos ilícitos (Dias, 1992), sendo que “não constitui ela própria uma pena, mas antes medida disciplinar de conteúdo pedagógico e reeducativo, pelo que só deve ser aplicada quando se concluir (...) que essa medida bastará para afastá-lo [ao arguido] de novas infrações” (acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN), processos n.ºs 01119/07.2BEPRT e 00068/10.1BEMDL). Mediante a formulação deste juízo de prognose o decisor do processo estabelece um prazo de suspensão da execução de seis meses a um ano para as penas de repreensão escrita e multa, e de um a dois anos para as penas de suspensão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 192.º da LGTFP *ex vi* artigo 66.º do RDPSP.

O legislador entendeu, coerentemente, não admitir a suspensão da execução das penas expulsivas – aposentação compulsiva e de demissão –, porque não permitem a manutenção da relação funcional.

Distintamente, quanto à pena de repreensão verbal, pese embora não integre a letra do artigo 192.º da LGTFP, afigura-se ser de admitir, no âmbito do RDPSP, a aplicação da



suspensão da execução desta pena. Por um lado, a LGTFP não aplica a suspensão da execução da pena de repreensão escrita, simplesmente, por não figurar do seu articulado. Por outro, será forçoso concluir, com respeito pelo princípio da proporcionalidade, vertido no n.º 2 do artigo 18.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), que reservando-se as penas de repreensão verbal e escrita para as faltas menores em que não resulte prejuízo para o serviço ou para o público, e sendo aquela uma pena com menor ponderação na classe de comportamento, nada obsta a que se lhe aplique o instituto da suspensão da execução da pena (artigos 34.º e 44.º do RDPSP), mas neste caso, apenas, quanto ao registo biográfico da dita pena (Neves, 2007).

Em face do exposto, é seguro concluir que o instituto da suspensão da execução da pena encerra um carácter persuasivo – preventivo –, com vista a demover o trabalhador de voltar a violar os deveres a que está obrigado respeitar no âmbito da sua relação laboral (Prates, 2005), sendo uma forma menos gravosa e, potencialmente, mais eficaz de alcançar as finalidades pretendidas com a punição – os fins de correção e de prevenção geral e especial –, pois que pela paralisação dos efeitos da pena disciplinar, por determinado período de tempo, permite-se ao infrator adequar a sua conduta futura com respeito aos deveres a que se encontra vinculado (Neves, 2007).

### **1.3.2. Discrecionabilidade e decisão fundamentada**

A questão que, agora, se coloca é de saber se em face da expressão “As sanções disciplinares (...) podem ser suspensas”, constante do n.º 1 do artigo 192.º da LGTFP, o legislador reserva à AP um poder discrecionário e não vinculado, posição assumida por Neves (2007).

Tendemos a concordar com Neves (2007, p. 543) quando, por contraposição com a suspensão da execução da pena de prisão, refere que “nas sanções disciplinares trata-se do empregador aferir o que é melhor para a relação de trabalho, isto é, para recuperar no seu interesse o cumprimento integral, pelo trabalhador, dos deveres e obrigações laborais”, acrescentando que “compreende-se, do ponto de vista finalístico, que a suspensão seja uma manifestação discrecionária e não vinculada”.

Em rigor, o legislador penal, quando estatui, no n.º 1 do artigo 50.º do CP que “O tribunal **suspende** a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a cinco anos” (negrito nosso), vincula o tribunal em dois sentidos. Por um lado, impede-o de

suspender a execução da pena de prisão de medida superior a cinco anos, por outro impõe que aprecie e conclua sobre a suspensão das penas de prisão não superior a tal medida.

Ora, tal vinculação não ocorre no domínio da aplicação da suspensão da execução da pena em matéria disciplinar. Logo, nos termos do n.º 1 do artigo 192.º da LGTFP *ex vi* artigo 66.º do RDPSP, assiste à PSP, por via do despacho final do decisor do processo disciplinar, o poder de suspender ou não suspender a execução da pena disciplinar, de entre o catálogo das penas de repreensão, de multa e de suspensão. Com efeito, a vasta jurisprudência tem entendido que “inexiste no processo disciplinar a figura do poder/dever sobre a suspensão da execução da pena, característico do penal. Assim, a autoridade administrativa não está vinculada a pronunciar-se obrigatoriamente sobre a suspensão da execução da pena”, por não estar em causa a privação da liberdade como ocorre no penal (acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), processo n.º 149/11.4YFLS). Estamos, verdadeiramente, perante um poder discricionário da AP, respeitando-se ainda o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, consagrados nos artigos 3.º e 4.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), de arrimo constitucional pelo artigo 266.º, n.ºs 1 e 2, da CRP.

Situação distinta ocorrerá nas situações em que o arguido, em sede de defesa, venha requerer a suspensão da execução a pena, argumentando a justeza da sua aplicação ao caso concreto, designadamente, por entender estarem preenchidos os critérios legais constantes do artigo 192.º, n.º 1, da LGTFP. Em tais situações, a PSP não gozará de um poder discricionário, pois que não se trata de uma pronúncia *ex officio* sobre a suspensão da execução da pena, mas sim de um requerimento.

Dito de outra forma, sempre que o arguido em processo disciplinar apresente requerimento ao instrutor do processo, designadamente em sede de defesa, requerendo, fundamentando, a suspensão da execução da pena, o decisor do processo terá de se pronunciar, sobre a sua aplicação, pois que o poder discricionário da AP cede perante o princípio da decisão, sob pena de existir omissão de pronúncia, nos termos dos artigos 13.º, n.º 1, e 129.º do CPA.

Com idêntica exigência de pronúncia surgem os casos em que o instrutor do processo disciplinar proponha a suspensão da execução da pena, circunstância em que “A entidade que decidir o processo fundamentará a decisão quando discordar da proposta constante do relatório do instrutor”, nos termos dos artigos 87.º, n.º 1, e 88.º, n.ºs 1 e 2, ambos do RDPSP.

Em tais situações o decisor final do processo terá de fundamentar se suspende ou não a execução da pena, atendendo à personalidade do arguido, às suas condições de vida, à sua conduta anterior e posterior à infração e às circunstâncias desta. Toda a decisão não fundamentada ou conclusivamente argumentada, logo incognoscível ao destinatário, culminará em arbitrariedade da PSP, sendo que “A fundamentação é (...) suficiente quando permite a um destinatário normal se aperceber do itinerário cognoscitivo e valorativo seguido pelo autor do acto para decidir num determinado sentido” (acórdão do STJ, processo n.º 8/15.1YFLSB).

Em suma, se através de um juízo lógico e cognoscível ao destinatário da decisão “se conclua que a simples censura do comportamento e a ameaça da sanção disciplinar realizam de forma adequada e suficientes as finalidades da punição”, deve o decisor suspender a execução da pena disciplinar, nos termos do n.º 1 do artigo 192.º da LGTFP *ex vi* artigo 66.º do RDPSP.

#### **1.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO**

Findo o enquadramento teórico, cabe referir que a problemática da nossa investigação atende, sobretudo, à fundamentação das decisões finais dos processos disciplinares, designadamente, à relevância dada, pelos decisores, aos pressupostos legais de fundamentação da suspensão da execução da pena.

Com relevo para o estudo, importa referir que os autores estudados entendem que, tendo em conta as finalidades de punição e prevenção geral e especial do processo disciplinar, a suspensão da execução da pena disciplinar é de aplicação discricionária, mas não arbitrária pela AP, salvo se requerida a sua apreciação pelo interessado – o arguido em processo disciplinar.

Verificamos no COMETLIS um aumento do número de processos disciplinares onde é aplicada a suspensão da execução da pena.

Percebemos que o juízo de fundamentação tem de ser cognoscitivo e valorativo ao destinatário normal da decisão, sob pena de se tratar de uma fundamentação inexistente ou conclusiva, logo não admissível. Todavia, da leitura dos excertos decisórios publicados em Ordem de Serviço do COMETLIS não nos é inteligível a fundamentação da decisão da suspensão da execução da pena, porque na maioria dos casos em que é conhecida consiste

numa fundamentação por remissão, podendo assim tratar-se de uma fundamentação conclusiva.

Aqui chegados, a nossa questão tornou-se clara: **as suspensões da execução da pena disciplinar na PSP são aplicadas por fundamentação conclusiva?**

## **CAPÍTULO 2 – MÉTODO**

### **2.1. O ENQUADRAMENTO**

Tendo presente os fins das penas no Direito Disciplinar, onde a suspensão da execução da pena assume relevância pelo juízo de prognose favorável ao arguido, verificamos, nas Ordens de Serviço do COMETLIS, uma variedade de decisões relativas a infrações cometidas em circunstâncias factuais distintas, sendo que em algumas delas o arguido vê a pena ser suspensa na sua execução.

Certos de que as decisões publicadas em Ordens de Serviço mais não são do que meros excertos das decisões finais de processos disciplinares, não contendo toda a fundamentação tida em conta para a tomada de decisão, tal não significa que a fundamentação da decisão não seja perfunctória ou até mesmo inexistente.

### **2.2. O ESTUDO QUALITATIVO**

O método científico consiste no rumo tomado numa investigação científica. De acordo com Santo (2015, p. 13), podemos entender o método como “uma conceção global de planeamento de uma investigação que compreende (...) um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios e resultados esperados”.

É pelo horizonte de estudo, bem como pelas questões que se levantam na investigação, que se determina o método de estudo (Flick, 2005). Para tanto, basta que o investigador conceba e ponha em prática “um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 15).

O método a adotar permitirá uma abordagem quantitativa ou uma abordagem qualitativa, sendo que pela primeira se pretende o estudo das relações de causa e efeito, já pela segunda se pretende a descrição, decodificação e interpretação de fenómenos e realidades captadas em determinados contextos (D'Oliveira, 2005).

No presente estudo optamos por uma abordagem qualitativa devido à necessidade de olhar o discurso jurídico de fundamentação das decisões vertidas nos relatórios e decisões

finais dos processos disciplinares da PSP. A necessidade de identificar a coesão e consistência na fundamentação dos relatórios e decisões finais dos processos disciplinares, com vista ao cumprimento dos requisitos essenciais para a aferição de um juízo de prognose favorável ao arguido, impeliu-nos a recorrer ao método qualitativo.

Acresce referir que a abordagem qualitativa impõe que a realidade seja observada de uma forma sistematizada, porquanto nada é fortuito e existe sempre uma razão de ser que nos permite compreender o objeto de estudo (Bogdan & Biklen, 1994). Assim, Denzin & Lincoln (1994, p. 2) referem que os estudos qualitativos permitem que nos debruçemos sobre *corpus* de menor dimensão, com vista à conceção de categorias discriminantes, e ainda que a abordagem qualitativa consiste num

multi-método (...) que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles.

Em muitos estudos qualitativos não são utilizadas hipóteses, formulando-se apenas questões de investigação, já referidas no início do presente trabalho, sendo que os objetivos são deduzidos através da teoria (D'Oliveira, 2005).

No que à metodologia respeita, adotaremos a análise de conteúdo, por considerarmos a mais adequada em face do estudo exploratório que preconizámos, já que possibilita ao investigador a manutenção das características holísticas e de maior significância da vida real (Yin, 2003).

### **2.3. O CORPUS**

O presente estudo caracteriza-se por ser exploratório empírico onde faremos uma análise de conteúdo das peças processuais finais de processos disciplinares – os relatórios e os despachos. Para tanto, cingimo-nos aos processos disciplinares conclusos no ano de 2018, independentemente do ano de instauração do procedimento disciplinar, num total de 85 relatórios e de 85 despachos, relativos a 85 processos disciplinares.

Estabelecido o *corpus* do presente estudo, entendido como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2002, p. 79), importa manter presente o cumprimento das seguintes regras: (i) a exaustividade, a fim de não se excluírem elementos subsumíveis aos critérios de seleção; (ii) a representatividade, devendo a amostra ser representativa no universo do que se pretende estudar; (iii) a homogeneidade, já que os documentos objeto de análise devem ser da mesma natureza e tipologia; (iv) a pertinência, pois que os documentos analisáveis devem ser adequados aos objetivos prosseguidos (Bardin, 2002).

## **2.4. O INSTRUMENTO: ANÁLISE DE CONTEÚDO**

A análise de conteúdo consiste numa “técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Krippendorff, 1980, p. 21; Weber, 1990).

A larga relevância da análise de conteúdo tem que ver com o facto de permitir analisar material que, primariamente, não se destinava à investigação empírica e que ao ser analisado não é modificado nem deturpado face aos objetivos do estudo empírico, sendo uma técnica que não obstaculiza a recolha de informação reportada a dado contexto e que pode ser aplicada em vários domínios (Bardin, 2002).

Mas, para se realizar uma análise de conteúdo importa ter presente que se deve, por um lado, formular as questões que nortearão a análise, seleccionar o respetivo material a analisar e com ele estabelecer um primeiro contacto para colher as primeiras impressões que nos permitirão definir as categorias, as unidades de registo (u.r.), as regras de codificação e, por outro, realizar o tratamento e interpretação dos resultados (Bardin, 2002; Ghiglione & Matalon, 1992).

Adicionalmente, importa ter presente que, para se proceder a uma análise de conteúdo válida, os procedimentos têm de ser submetidos a regras de fiabilidade e validade (Vala, 1986).

Tendo presente que as categorias são, regra geral, compostas por termos-chave que permitem a captação dos conceitos que se quer colher no estudo (Vala, 1986), estabelecemos as nossas categorias com recurso à teoria e ao *corpus*, onde encontrámos os conceitos gerais que nos permitiram estabelecer um manual de codificação (vide Anexos 1 e 4).

Para a conceção das categorias importa, primeiro que tudo, definir o objeto de estudo e o respetivo quadro de referência (Vala, 1986), bem como formular questões subsumíveis ao tema em análise, selecionar o material que iremos analisar e estabelecer contacto com os documentos, procedendo a uma “leitura flutuante” (Bardin, 2002). Desta leitura inicial retiramos as primeiras impressões que nos permitirão conceber as categorias, onde se incluem as u.r., e as regras de codificação, o manual de codificação, a respetiva codificação e, por fim, o tratamento dos resultados, que nos permitirão realizar inferências e estabelecer indicadores com vista à interpretação dos dados (Bardin, 2002).

Respeitando os critérios de exaustividade, enquadrando todas as u.r. na categoria adequada, e de exclusividade, que impõe que uma u.r. apenas deve estar prevista numa única categoria, almejamos categorizar validamente as u.r. (Pais, 2004).

Por último, através de inferências e interpretações, procede-se ao tratamento dos dados resultantes da análise que o *corpus* permitiu observar, a fim de o investigador lhes atribuir um significado (Bardin, 2002; Vala, 1986).

## **2.5. PROCEDIMENTO: A PESQUISA DOCUMENTAL**

Para constituição do *corpus* procurámos aceder, mediante autorização da Direção Nacional da PSP (DN/PSP) (Apêndice 2), aos processos disciplinares existentes do Núcleo de Deontologia e Disciplina (NDD) do COMETLIS conclusos em 2018, independentemente do ano de instauração do procedimento disciplinar, tendo-se obtido 139 processos disciplinares, sendo que destes apenas 86 se encontravam acessíveis para consulta, encontrando-se os restantes em fase de recurso no Gabinete de Deontologia e Disciplina (GDD) na DN/PSP ou no Ministério da Administração Interna (MAI).

Dos 86 processos consultados, verificámos que um processo mereceu despacho de arquivamento. Ora, nos termos do nosso enquadramento teórico, as decisões disciplinares que não concluam pela condenação do arguido não importam para aferir dos pressupostos da suspensão da execução da pena, ficando com apenas 85 processos disciplinares.

Após a constituição do *corpus*, procedemos à análise do conteúdo do material recolhido, recorrendo a duas grelhas categorias que construímos (Anexos 3 e 6) que privilegiam a verificação dos fundamentos da suspensão da execução da pena, a saber: (i) a personalidade do arguido; (ii) as suas condições de vida; (iii) a sua conduta anterior e posterior à infração e (iv) as circunstâncias desta. Para o efeito inserimos estes temas em



categorias e subcategorias e analisamo-los, pretendendo saber se eram utilizados nas decisões disciplinares. Mas, procurámos ir mais além da sua mera verificação nas decisões, pelo que estabelecemos categorias que permitiram verificar a existência de fundamentação dos temas.

Na categorização e conceção das grelhas, utilizámos um procedimento misto (Pais, 2004), pelo que partimos, para a leitura dos documentos, de categorias previamente estabelecidas para depois incluirmos subcategorias que nos surgiram pela leitura do material.

Por fim, procedemos à codificação das u.r. e sua contagem, tendo sido, no tratamento dos resultados, realizadas inferências e interpretações dos dados através de uma contagem de verificação dos temas e de preenchimento das categorias e subcategorias numa ótica de que o preenchimento destas pode ser indicador da fundamentação dos temas.

### **CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.1. ENQUADRAMENTO GERAL**

O presente estudo versou sobre os relatórios e sobre os despachos finais de 85 processos disciplinares instruídos no NDD do COMETLIS, sendo que em apenas 40 deles foi aplicada a suspensão da execução da pena disciplinar.

Da análise efetuada obtivemos um total de 591 u.r., sendo 378 u.r. relativas aos relatórios dos instrutores (Anexo 3) e 213 u.r. relativas aos despachos decisórios (Anexo 6), distribuídas pelas várias categorias de análise.

Quanto aos relatórios dos instrutores estabeleceram-se as seguintes categorias, correspondendo, grosso modo, aos pressupostos de fundamentação da suspensão da execução da pena: Personalidade (A = 5 u.r.); Condições de Vida (B = 0 u.r.); Conduta (C = 87 u.r.); Circunstâncias da Infração (D = 105 u.r.); Requerimento da Defesa (E = 9) e Dispositivo (F = 172 u.r.).

Quanto aos despachos decisórios estabeleceu-se a categoria do dispositivo da decisão (A = 213 u.r.).

#### **3.2. FUNDAMENTAÇÃO DOS DESPACHOS DECISÓRIOS**

Com vista a aferir da fundamentação utilizada nos despachos decisórios, é necessário analisar as respetivas categorias representativas dos pressupostos legais de juízo de prognose favorável à conduta futura do arguido em processo disciplinar.

De acordo com a Figura 1, constatamos que existem significativas diferenças nas referências aos pressupostos materiais que permitem um juízo de prognose favorável ao arguido.

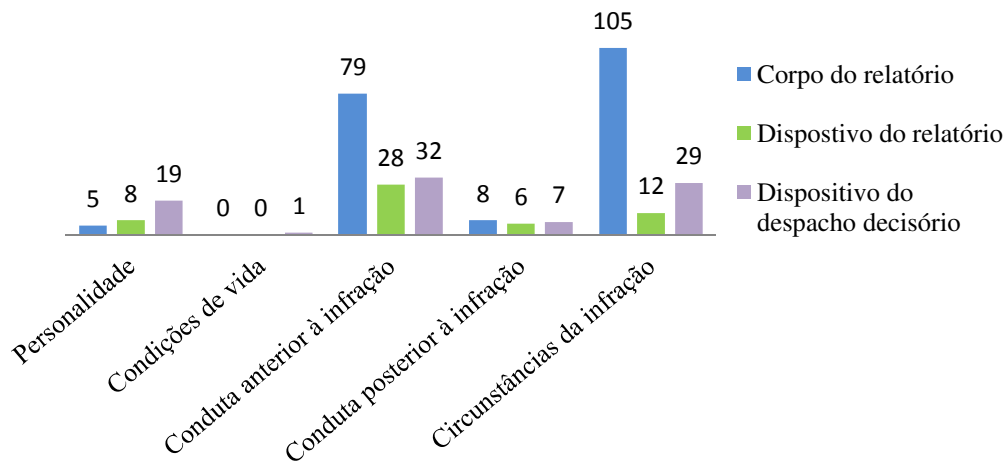


Figura 1. Ocorrência das categorias relativas aos pressupostos legais.

Quanto ao pressuposto material relativo a personalidade do arguido, existem apenas 5 u.r. no corpo do relatório, relativas a 5 processos, sendo que apenas existem 8 u.r., relativas aos dispositivos de 8 relatórios dos processos. Tendo a categoria da personalidade que ver com as manifestações de interação social e com a disposição do arguido para acatamento das condutas social e profissionalmente adequadas, é com alguma perplexidade que os processos revelam uma residual reflexão sobre este pressuposto material essencial a um juízo sobre a conduta futura do arguido.

Constatamos a existência de 19 u.r. da referida categoria nos dispositivos dos despachos decisórios finais. Ora, não se compreende de que forma os decisores relevam o pressuposto material da personalidade nos seus despachos, pois que apenas remetem para os relatórios, sendo que nestes encontramos menor frequência de u.r. do que naqueles. Dito de outra forma, os decisores em alguns despachos têm relevado o pressuposto material da personalidade com vista a um juízo de prognose favorável ao arguido, remetendo para os relatórios quando nestes tal questão não é apreciada de todo. Esta prática revela fundamentação *per remitione*, legalmente admitida (acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA), processo n.º 0554/10), mas que é constituída por afirmações conclusivas, sendo estas legalmente inadmissíveis, por falta de fundamentação (acórdão do STJ, processo n.º 342/09.0TTMTPS.P1.S1).

De maior significância surge-nos a importância atribuída ao pressuposto material das condições de vida do arguido. Nos 85 processos consultados, encontramos apenas 1 u.r. num despacho final. Além do exposto quanto às afirmações conclusivas, não se compreende de todo a razão pela qual tal pressuposto material não é apreciado. Tendo em

conta que, na senda de Dias (1992) e de vasta jurisprudência “a formulação de um tal juízo [de prognose favorável ao arguido] – ao qual não pode bastar nunca a consideração ou só da personalidade, ou só das circunstâncias do facto –, o **tribunal atenderá especialmente às condições de vida do agente e à sua conduta anterior e posterior ao facto**” (negrito nosso) (acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), processo n.º 372/16.5JALRA.C1). Pasmem-se que tal pressuposto material, devendo ser especialmente atendido pela entidade decisora do processo, não é sequer tido em conta nos processos disciplinares para o juízo de prognose favorável ao arguido para aplicação da suspensão da execução da pena disciplinar.

No que respeita à conduta do arguido posterior à infração, constatamos que neste pressuposto material sucede o referido para o pressuposto das condições de vida. Em rigor, quer os instrutores dos processos disciplinares quer os respetivos decisores atendem, sobretudo, aos pressupostos relativos à conduta anterior à infração e às circunstâncias desta. A menor frequência de u.r. nos despachos, por comparação com os relatórios, resulta do facto de o decisor apenas apreciar tais pressupostos quando lhe vem proposta a aplicação da suspensão da execução da pena, ou em escassos casos, quando *ex officio* a entende aplicar.

A realidade percecionada na Figura 1 admite a conclusão de que a PSP, na sua atividade processual disciplinar, está a aplicar a suspensão da execução da pena, atendendo, por um lado, a fundamentação por remissão para apreciações inexistentes dos processos disciplinares, constituindo evidentes afirmações conclusivas inadmissíveis, e, por outro, a desconsiderar a imperatividade da norma na apreciação global e cumulativa dos pressupostos materiais sob os quais pende um juízo de prognose da conduta futura do arguido.

Como referido na parte teórica deste estudo, a AP tem um poder discricionário na apreciação dos casos disciplinares com vista à aplicação da suspensão da execução da pena, mas distintamente não poderá escolher, a bel-prazer, os pressupostos materiais que entenda unicamente considerar para a apreciação do juízo de prognose favorável ao arguido. Tal reveste uma conduta arbitrária e, por conseguinte, sindicável pelos tribunais, pois que “A Discricionariedade só se distinguirá da arbitrariedade se tiver como pressuposto um enquadramento legal e se correspondentemente estiver suficientemente motivada e densificada. Um acto discricionário, no âmbito do direito administrativo, não está pois dispensado da necessária e suficiente fundamentação” (acórdão do TCAN, processo n.º 00533/10.0BEPRT).

### 3.3. PROPOSTAS E REQUERIMENTOS

Como vimos na parte teórica, o n.º 1 do artigo 192.º da LGTFP, aplicável *ex vi* artigo 66.º do RDPSP, confere um poder discricionário à PSP de aplicar a suspensão da execução da pena em processo disciplinar. No entanto, nem sempre tal prerrogativa surge por iniciativa do decisor final, sendo, ao invés, proposta pelo instrutor do processo, como o demonstra a seguinte figura.

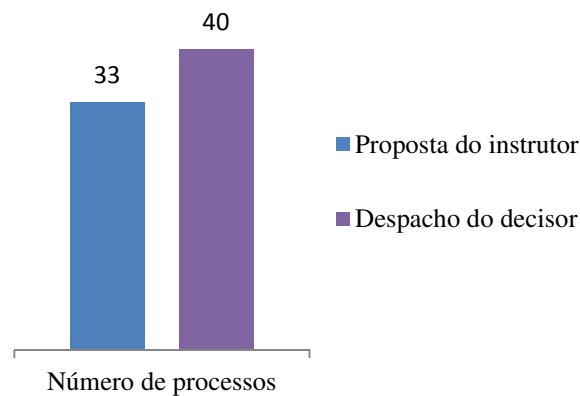


Figura 2. Ocorrência das propostas de suspensão da execução da pena pelo instrutor e de aplicação da mesma pelo decisor.

Por via de regra, sempre que o instrutor do processo propõe a aplicação da suspensão da execução da pena, o decisor final, concordando com os argumentos invocados, adere à fundamentação expendida e suspende a execução da pena.

Todavia, verificamos que no caso n.º 57 (Anexos 3 e 6) o decisor do processo não aplicou a suspensão da execução da pena, contrariando a proposta do instrutor, tendo sido, por ambos, invocados os seguintes pressupostos materiais.

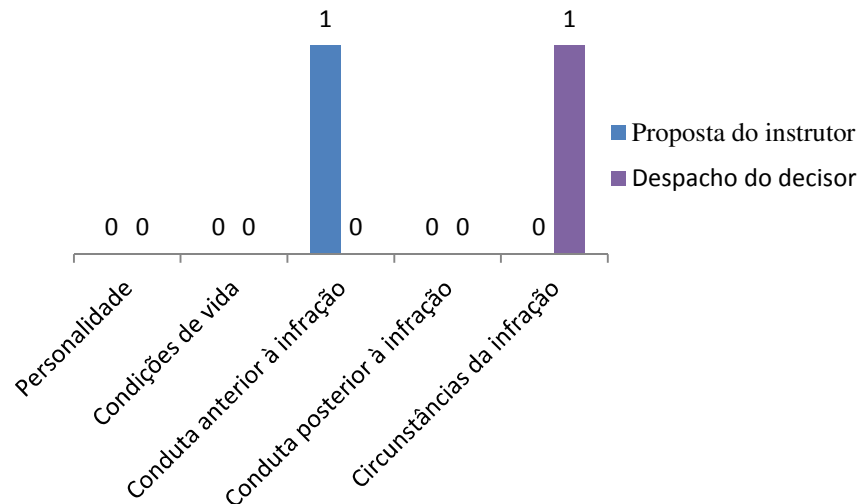


Figura 3. Ocorrência dos pressupostos materiais invocados pelo instrutor e pelo decisor (caso n.º 57).

Atendendo à Figura 3, constatamos que o instrutor do processo propôs a suspensão da execução da pena, atendendo exclusivamente ao pressuposto material relativo à conduta do arguido anterior à infração. Por seu lado, o decisor, rejeitando a proposta, fundamentou a sua decisão tendo por base as circunstâncias do cometimento da infração.

Como tivemos oportunidade de verificar, na parte teórica, o decisor final, sempre que entenda discordar da proposta constante do relatório do instrutor, deverá, nos termos do disposto no artigo 88.º do RDPSP, fundamentar a sua decisão. Vimos, ainda, na esteira de Dias (1992) que a suspensão da execução da pena disciplinar assenta num juízo de prognose favorável ao infrator, mas aferida ao momento da aplicação da pena e não do momento do cometimento dos factos ilícitos, razão pela qual o autor considera que será, especialmente, necessário apreciar os demais pressupostos materiais para formar um juízo de prognose quanto à conduta futura do arguido. Sucede, como vemos, que nem o instrutor nem o decisor tiveram tal perspetiva.

Mas, nem só pelo punho do instrutor do processo surgem as iniciativas de aplicação da suspensão da execução da pena. O próprio arguido pode dirigir-se ao processo, em sede de defesa, e requer a suspensão da execução da pena, como o demonstra a figura seguinte.

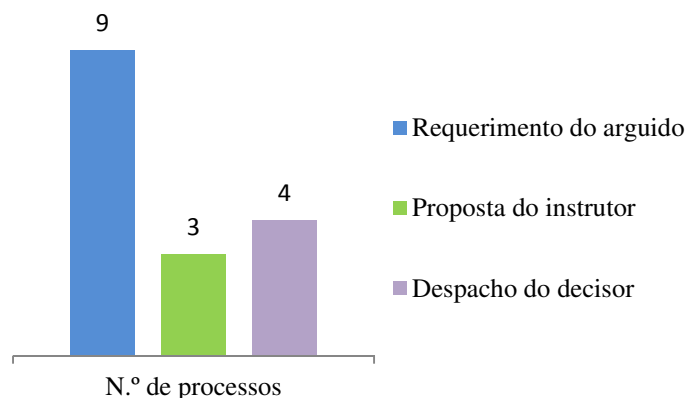


Figura 4. Correlação de ocorrências nos requerimentos, propostas e despachos.

Pela Figura 4 constatamos que existem 9 u.r. relativas a 9 processos em que o arguido, em sede de defesa, requereu a suspensão da execução da pena, sendo que relativamente aqueles processos existem 3 u.r. de propostas dos instrutores e 4 u.r. de despachos dos decisores.

A existência de u.r. relativas a requerimentos dos arguidos sem apreciação do instrutor e sem decisão pelo decisor final do processo constitui uma atuação arbitrária da PSP e não a manifestação de um poder discricionário. Retomando o que referimos no ponto 3.2 supra, apenas teremos atuação discricionária se existir enquadramento legal e estiver fundamentada. Nos casos em que o arguido tenha dirigido um requerimento ao decisor do processo e não se tenha pronunciado, a decisão final está ferida de nulidade, por omissão de pronúncia, sendo sindicável nos termos do disposto nos artigos 86.º, n.º 2, do RDPSP, e 129.º do CPA.

## **CONCLUSÃO**

O Direito Disciplinar na PSP visa proteger o conjunto de deveres que integram a função ou serviço, bem como a disciplina essencial para o regular desenvolvimento dos fins de tal serviço, tendo uma natureza de Direito sancionatório de cariz administrativo, estatuiendo penas disciplinares pela violação daqueles deveres, que podem ser corretivas ou ser expulsivas. No caso das primeiras vigoram finalidades de reprovação e de prevenção geral e especial, demovendo de futuras infrações. Quanto às segundas, temos apenas finalidades de reprovação e de prevenção geral.

Depois de aplicar a pena disciplinar, o decisor do processo decidirá pela sua execução ou, mediante um conjunto de pressupostos, pela suspensão da execução da mesma e desde que formule um juízo de prognose favorável, quanto à conduta futura do arguido, aferida ao momento da aplicação da pena.

Todavia, a AP não está vinculada à apreciação dos pressupostos materiais para aplicação da suspensão da execução da pena, salvo se requerida pelo arguido em sede de defesa ou proposta pelo instrutor do processo, constituindo um poder discricionário.

No que concerne às questões relativas à investigação verificamos que existem diferenças significativas nas referências aos pressupostos materiais quer permitem um juízo de prognose favorável ao arguido. Em vários casos, os decisores dos processos, atribuindo maior relevo ao pressuposto material da personalidade, remetem a sua fundamentação para os relatórios, sendo estes omissos quanto à personalidade do arguido. Tal constitui uma fundamentação conclusiva, pois que carece de argumentação valorativa, além de não ser cognoscível ao arguido.

Quanto ao pressuposto material relativo às condições de vida do arguido quer os instrutores quer a esmagadora maioria dos decisores não se lhes referem, o mesmo sucedendo com a conduta do arguido posterior à infração. No entanto, a doutrina e a jurisprudência são uníssonas em considerarem as suas valorações essenciais.

De igual modo, sempre que a suspensão da execução da pena seja proposta pelo instrutor ou requerida, em sede de defesa, pelo arguido, o decisor terá de se pronunciar sobre os pressupostos materiais com vista à formulação de um juízo de prognose da conduta do arguido. Mas, ao fazê-lo, não poderá escolher os pressupostos a que atenderá,



tendo sempre de valorar a personalidade do arguido, as suas condições de vida, a conduta anterior e posterior à infração e as circunstâncias desta.

Sucede que se registam vários casos em que o arguido não obteve resposta ao seu requerimento quer do instrutor quer do decisor. Em tais circunstâncias de não pronúncia, a que o decisor está obrigado, a decisão está ferida de nulidade, sendo sindicável pelos tribunais desde que arguida.

Para ultimar, de referir que este trabalho conta com algumas limitações ao nível da pesquisa, não devendo ser considerado uma investigação terminada, pois abarca apenas um ano de análise. Também não foram consideradas outras evidências relativas a escassas situações de suspensão da execução das penas de repreensão escrita, penas menos gravosas, mas que na sua maioria são executadas. Remetemos, todavia, tais circunstâncias para uma linha de investigação futura.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo n.º 0554/10, de 02-12-2010, relatado por Pais Borges, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo n.º 342/09.0TTMTPS.P1.S1, de 15-12-2011, relatado por Pinto Hespanhol, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo n.º 149/11.4YFLS, de 26-06-2013, relatado por Isabel Pais Martins, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo n.º 8/15.1YFLSB, de 09-07-2015, relatado por Mário Morgado, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, processo n.º 01119/07.2BEPRT, de 22-06-2011, relatado por José Veloso, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, processo n.º 00068/10.1BEMDL, de 25-10-2013, relatado por Antero Pires Salvador, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, processo n.º 00533/10.0BEPRT, de 17-04-2015, relatado por Frederico Branco, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, processo n.º 372/16.5JALRA.C1, de 12-07-2017, relatado por Brizida Martins, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora.

Caetano, M. (1996). *Princípios fundamentais do Direito Administrativo*. 1.<sup>a</sup> reimpressão portuguesa. Coimbra: Almedina.

Carvalho, A. (2003). *Direito Penal: Questões fundamentais. Parte geral*. Porto: Publicações Universidade Católica.

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho.

Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

Constituição da República Portuguesa, aprovada pelo Decreto de 10 de abril de 1976.

Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, que aprova regime do ilícito de mera ordenação social.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Dias, J. (1992). Velhas e novas questões sobre a pena de suspensão de execução da pena de prisão. In *Revista de legislação e de jurisprudência*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, J. (2009). *Direito Penal português: Parte Geral II. As consequências jurídicas do crime*. Coimbra: Coimbra Editora

D'Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: Recomendações para elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Edições RH.

Ferreira, I. (2013). *Do despedimento do trabalhador em funções públicas: Processo e defesa*. Dissertação de mestrado em Direito Administrativo não publicada. Minho: Faculdade de Direito da Universidade do Minho.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Henriques, M. (1989). *Procedimento disciplinar*. (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Reis dos Livros.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.

Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, que procedeu à conversão em contraordenações de contravenções e transgressões.

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Lei n.º 37/2019, de 30 de maio, que aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.

Neves, A. (1999). *Relação jurídica de emprego público*. Coimbra: Coimbra Editora.

Neves, A. (2007). *O Direito Disciplinar na função pública*. (I e II Vols.). Tese de doutoramento em ciências jurídico-políticas. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pereira, A. (1962). *Erro e ilegalidade no acto administrativo*. Lisboa: Edições Ática.

Prates, M. (2005). *Sanção administrativa geral: Anatomia e autonomia*. Coimbra: Almedina.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. (4.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Gradiva.

Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais – génese, fundamentos e problemas*. (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Edições Silabo.

Sousa, R. (2011). *Estatuto disciplinar dos trabalhadores em funções públicas: Anotado e Comentado* (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Quid Juris.

Weber, R. (1990). *Basic content analysis*. (2<sup>nd</sup> Ed.). Newbury Park, CA: Sage.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Ed). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Yin, R. (2003). *Applications of a case study research*. London: Sage.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1 – Quadro categorial dos relatórios**

#### **Categoria A: Personalidade**

Esta categoria reporta à informação que permite caracterizar a personalidade do autor do ilícito disciplinar.

##### **Subcategoria A.1: Antecedentes da Personalidade**

Esta subcategoria contém as u.r. que revelam os antecedentes históricos relevantes do autor do ilícito disciplinar, bem como da forma como é retratado quanto às suas características de personalidade (exemplo do caso n.º 1: “Que, a sua personalidade, quer no serviço quer fora dele não se enquadra no perfil de alguém que usualmente abusa do álcool, pelo que a presente situação ter-se-á tratado de um caso isolado”).

##### **Subcategoria A.2: Consumos**

Esta subcategoria contém as u.r. que revelam a existência de consumos excessivos de substâncias lícitas ou ilícitas indutoras de estados alterados de consciência.

#### **Categoria B: Condições de vida**

Esta categoria codifica as u.r. relativas à tipologia e qualidade das relações sociofamiliares do autor da infração disciplinar e a forma de lidar com as regras sociais.

##### **Subcategoria B.1: Vida familiar**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às relações do autor do ilícito disciplinar no seu seio familiar.

##### **Subcategoria B.2: Vida social**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às relações do autor do ilícito disciplinar com a comunidade, sua integração e interceção social.

**Subcategoria B.3: Condições económicas e de residência**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às condições económicas, bem como se é casado ou vive em condições análogas às dos cônjuges e se tem maiores ou menores a cargo.

**Categoria C: Conduta**

Esta categoria codifica as u.r. relativas ao comportamento do agente da infração antes e depois da infração.

**Subcategoria C.1: Conduta anterior à infração disciplinar**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do agente infrator antes do cometimento da infração disciplinar (exemplo do caso n.º 18: “Beneficia das circunstâncias atenuantes (...) relativo ao bom comportamento anterior e o facto de ter outras recompensas”).

**Subcategoria C.2: Conduta posterior à infração disciplinar**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do agente infrator após o cometimento da infração disciplinar (exemplo do caso n.º 28: “Os indícios apontam para que o arguido, perante tal imprevisibilidade, se preocupou verdadeiramente para que dali não resultasse qualquer situação que colocasse em causa o serviço [e] a imagem da instituição”).

**Categoria D: Circunstâncias da infração**

Esta categoria codifica as u.r. relativas à tipologia de circunstâncias fácticas momentos prévios do cometimento dos factos, bem como no momento da prática dos factos.

**Subcategoria D.1: Circunstâncias fácticas prévias aos factos ilícitos**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas aos elementos factuais ocorridos em momentos prévios aos factos (exemplo do caso n.º 1 «existência de álcool no sangue no valor de 2,09 g/l»).

**Subcategoria D.2: Circunstâncias fácticas concomitantes com os factos ilícitos**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas aos elementos factuais concomitantes com a prática dos factos (exemplo do caso n.º 2 «o que atesta que estava fardado e pronto para seguir para a esquadra»).

**Categoria E: Requerimento da defesa**

Esta categoria codifica as u.r. relativas à existência de requerimento da defesa para suspensão da execução da pena.

**Subcategoria E.1: Requerimento para suspensão da execução da pena**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à existência de requerimento da defesa para suspensão da execução da pena (exemplo do caso n.º 1 «que a mesma [a pena] seja suspensa na sua execução»).

**Categoria F: Dispositivo**

Esta categoria codifica as u.r. relativas à proposta e tipologia de pena e de suspensão da execução da pena.

**Subcategoria F.1: Tipologia de pena**

Esta subcategoria codifica as u.r. relativas à proposta e tipologia de pena a aplicar ao arguido.

**Subcategoria F.1.1: Pena de repreensão escrita**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de repreensão escrita.

**Subcategoria F.1.2: Pena de multa**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de multa.

**Subcategoria F.1.3: Pena de suspensão**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de suspensão.

**Subcategoria F.1.4: Pena de aposentação compulsiva**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de aposentação compulsiva.



**Subcategoria F.1.5: Pena de demissão**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de demissão.

**Subcategoria F.2: Suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação**

Esta subcategoria codifica as u.r. relativas à proposta de suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação.

**Subcategoria F.2.1: Suspensão da execução da pena**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à proposta de suspensão da execução da pena.

**Subcategoria F.2.2: Personalidade**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à personalidade do arguido (exemplo do caso n.º 22: “Contudo, atendendo, por um lado, (...) à personalidade do arguido”).

**Subcategoria F.2.3: Condições de vida**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às condições de vida do arguido.

**Subcategoria F.2.4: Conduta anterior à infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do arguido anterior à infração (exemplo do caso n.º 64: “apresenta mais de dez anos de serviço com exemplar comportamento e zelo, bem como já prestou serviços relevantes, atuando com mérito e distinção”).

**Subcategoria F.2.5: Conduta posterior à infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do arguido posterior à infração (exemplo do caso n.º 53: “ao facto de ter sido elogiado, já depois do cometimento dos factos objeto deste processo”).

**Subcategoria F.2.6: Circunstâncias da infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às circunstâncias da infração (exemplo do caso n.º 45: “Contudo, atendendo, por um lado a todo o circunstancialismo que rodeou a prática da infração”).

**ANEXO 2 – Grelha categorial dos relatórios**

<b>Categorias</b>		<b>Subcategorias</b>	
A	Personalidade	A.1	Antecedentes da Personalidade
		A.2	Consumos
B	Condições de vida	B.1	Vida familiar
		B.2	Vida Social
		B.3	Condições económicas e de residência
C	Conduta	C.1	Conduta anterior à infração disciplinar
		C.2	Conduta posterior à infração disciplinar
D	Circunstâncias da infração	D.1	Circunstâncias fácticas prévias aos factos ilícitos
		D.2	Circunstâncias fácticas concomitantes com os factos ilícitos
E	Requerimento da defesa	E.1	Requerimento para suspensão da execução da pena
F	Dispositivo	F.1	Tipologia de pena
		F.1.1	Pena de repreensão escrita
		F.1.2	Pena de multa
		F.1.3	Pena de suspensão
		F.1.4	Pena de aposentação compulsiva
		F.1.5	Pena de demissão
		F.2	Suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação
		F.2.1	Suspensão da execução da pena
		F.2.2	Personalidade
		F.2.3	Condições de vida
		F.2.4	Conduta anterior à infração
		F.2.5	Conduta posterior à infração
		F.2.6	Circunstâncias da infração

**ANEXO 3 – Distribuição das u.r. pelas categorias e subcategorias dos relatórios**

	A.1	A.2	B.1	B.2	B.3	C.1	C.2	D.1	D.2	E.1	Total	F.1.1	F.1.2	F.1.3	F.1.4	F.1.5	F.2.1	F.2.2	F.2.3	F.2.4	F.2.5	F.2.6	Total F.2.2 a F.2.6
1	1					1	1	1	1	1	6		1										0
2						1		1	1		3		1				1			1	1		2
3	1					1	1		1		4	1											0
4						1		1			2		1										0
5						1	1		1	5	4		1				1	1		1	1		3
6							1	1	1		3		1										0
7								1			1		1				1			1		1	2
8						1		1			2		1										0
9						1			1		2		1				1			1	1		2
10						1		1	1	1	4		1				1	1		1		1	3
11						1		1	1		3		1										0
12								1	1		2		1				1			1		1	2
13						1					1		1				1					1	1
14						1		1	1		3		1				1			1		1	2
15	1					1	1	1	1	1	6		1										0
16									1		1	1											0
17						1		1			2	1											0
18						1		1	1		3		1										0
19						1					1		1				1			1		1	2
20						1					1		1				1			1			1
21						1			1		2		1				1			1			1
22						1		1	1		3		1				1	1		1	1	1	4

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discrecionalidade e Fundamentação*

23						1		1	1		3		1				1			1		1	2
24						1			1		2			1						1		1	0
25						1			1		2	1											0
26						1		1			2		1										0
27						1		1	1		3		1										0
28						1		1	1		3		1				1					1	1
29	1					1		1	1		4			1									0
30						1		1	1		3		1										0
31						1		1			2		1				1			1			1
32						1		1			2		1										0
33								1			1		1				1			1		1	2
34						1		1			2			1									0
35								1	1		2		1										0
36						1		1			2		1										0
37						1		1			2		1										0
38						1		1			2	1											0
39						1		1			2	1											0
40						1		1	1	1	4		1										0
41						1		1	1	1	4		1				1			1			1
42						1		1			2		1				1			1			1
43						1		1			2		1										0
44						1		1			2		1										0
45						1		1			2		1				1	1		1		1	3
46						1		1		1	3		1										0
47						1		1			2		1										0
48						1		1			2		1										0
49						1		1	1		3			1									0
50						1		1			2	1					1			1			1
51						1		1	1	1	4			1									0
52						1		1			2		1				1			1			1

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discrecionalidade e Fundamentação*

53						1	1	1	1		4		1				1			1	1		2
54						1		1			2		1				1			1			1
55						1		1			2		1				1			1			1
56						1		1	1		3		1				1						0
57						1		1			2		1				1			1			1
58						1		1			2		1										0
59						1		1			2	1					1			1			1
60						1		1			2		1										0
61						1		1			2			1									0
62						1		1			2		1										0
63						1	1	1			3		1										0
64						1	1	1	1		4		1				1	1		1	1		3
65						1		1			2		1				1	1					1
66						1		1			2		1										0
67						1		1			2		1										0
68						1		1			2		1										0
69						1		1			2		1				1	1		1			2
70						1		1			2		1				1			1			1
71						1		1			2		1										0
72						1		1			2		1										0
73						1		1			2		1										0
74						1		1			2		1										0
75						1		1			2		1										0
76						1		1			2		1										0
77						1		1			2		1										0
78						1		1		1	3		1										0
79						1		1			2					1							0
80						1		1			2	1											0
81	1					1		1			3			1			1					1	1
82						1		1			2	1											0

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discrecionalidade e Fundamentação*

83						1		1			2		1										0
84						1		1			2			1			1	1		1			2
85						1		1			2		1										0
<b>Total</b>	5	0	0	0	0	79	8	75	30	9	<b>206</b>	10	66	8	0	1	<b>33</b>	8	0	28	6	12	<b>54</b>

## **ANEXO 4 – Quadro categorial dos despachos decisórios (decisões)**

### **Categoria A: Dispositivo da decisão**

Esta categoria codifica as u.r. relativas à tipologia de pena e de suspensão da execução da pena.

#### **Subcategoria A.1: Tipologia de pena**

Esta subcategoria codifica as u.r. relativas à tipologia de pena a aplicar ao arguido.

##### **Subcategoria A.1.1: Pena de repreensão escrita**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de repreensão escrita.

##### **Subcategoria A.1.2: Pena de multa**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de multa.

##### **Subcategoria A.1.3: Pena de suspensão**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de suspensão.

##### **Subcategoria A.1.4: Pena de aposentação compulsiva**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de aposentação compulsiva.

##### **Subcategoria A.1.5: Pena de demissão**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à pena de demissão.

#### **Subcategoria A.2: Suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação**

Esta subcategoria codifica as u.r. relativas à aplicação da suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação.

##### **Subcategoria A.2.1: Suspensão da execução da pena**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à aplicação da suspensão da execução da pena.

**Subcategoria A.2.2: Personalidade**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à personalidade do arguido (exemplo do caso n.º 13 “Ponderando no entanto, a personalidade do arguido”).

**Subcategoria A.2.3: Condições de vida**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às condições de vida do arguido.

**Subcategoria A.2.4: Conduta anterior à infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do arguido anterior à infração (exemplo do caso n.º 71: “Atendendo (...) às circunstâncias que militam contra e a favor, nomeadamente o facto de, estar na 1ª classe de comportamento (sofreu um dia de multa); o facto de ter outras recompensas”).

**Subcategoria A.2.5: Conduta posterior à infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas à conduta do arguido posterior à infração (exemplo do caso n.º 70: “atendo ao bom comportamento e normal desempenho das funções após a falta”).

**Subcategoria A.2.6: Circunstâncias da infração**

Esta subcategoria contém as u.r. relativas às circunstâncias da infração (exemplo do caso n.º 81: “Porém, em vista de todo o circunstancialismo que rodeou a prática dos factos”).



**ANEXO 5 – Grelha categorial dos despachos decisórios (decisões)**

<b>Categorias</b>		<b>Subcategorias</b>	
A	Dispositivo da decisão	A.1	Tipologia de pena
		A.1.1	Pena de repreensão escrita
		A.1.2	Pena de multa
		A.1.3	Pena de suspensão
		A.1.4	Pena de aposentação compulsiva
		A.1.5	Pena de demissão
		A.2	Suspensão de execução da pena e respetiva fundamentação
		A.2.1	Suspensão da execução da pena
		A.2.2	Personalidade
		A.2.3	Condições de vida
		A.2.4	Conduta anterior à infração
		A.2.5	Conduta posterior à infração
		A.2.6	Circunstâncias da infração

**ANEXO 6 – Distribuição das u.r. pelas categorias e subcategorias dos despachos (decisões)**

	A.1.1	A.1.2	A.1.3	A.1.4	A.1.5	A.2.1	A.2.2	A.2.3	A.2.4	A.2.5	A.2.6	<b>Total A.2.2 a A.2.6</b>
1		1										0
2		1				1			1		1	2
3	1											0
4		1										0
5		1				1	1		1	1	1	4
6		1										0
7		1				1			1		1	2
8		1										0
9		1				1	1		1		1	3
10		1				1	1		1		1	3
11		1										0
12		1				1			1			1
13		1				1	1		1			2
14		1				1			1	1		2
15		1				1			1	1		2
16	1											0
17	1											0
18		1				1					1	1
19		1				1					1	1
20		1				1	1		1			2
21		1				1	1		1		1	3
22		1				1	1		1		1	3
23		1				1			1	1		2

24			1			1			1		1	<b>2</b>
25	1											0
26		1										0
27		1										0
28		1				1			1		1	<b>2</b>
29			1									0
30		1										0
31		1				1			1			<b>1</b>
32		1				1						0
33		1				1	1		1		1	<b>3</b>
34			1									0
35		1										0
36		1				1			1		1	<b>2</b>
37		1										0
38	1											0
39	1											0
40		1										0
41		1				1	1		1		1	<b>3</b>
42		1				1	1		1		1	<b>3</b>
43		1										0
44		1										0
45		1				1	1				1	<b>2</b>
46		1										0
47		1										0
48		1										0
49			1									0
50	1					1	1		1		1	<b>3</b>
51			1									0
52		1				1	1		1		1	<b>3</b>
53		1				1	1		1		1	<b>3</b>

54		1				1			1		1	<b>2</b>
55		1				1			1		1	<b>2</b>
56		1				1	1		1		1	<b>3</b>
57		1									1	<b>1</b>
58		1										0
59	1					1	1		1		1	<b>3</b>
60		1										0
61			1									0
62		1				1						0
63		1				1		1		1	1	<b>3</b>
64		1				1	1		1	1		<b>3</b>
65		1				1	1		1		1	<b>3</b>
66		1										0
67		1										0
68		1										0
69		1				1	1		1			<b>2</b>
70		1				1				1		<b>1</b>
71		1				1			1		1	<b>2</b>
72		1										0
73		1										0
74		1										0
75		1										0
76		1										0
77		1										0
78		1										0
79					1							0
80	1											0
81			1			1					1	<b>1</b>
82	1											0
83	1											0

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discrecionalidade e Fundamentação*

---

84			1			1			1		1	2
85		1										0
<b>Total</b>	11	65	8	0	1	<b>40</b>	19	1	32	7	29	<b>88</b>

**ANEXO 7 – Grelha classificativa das infrações**

<b>Caso</b>	<b>Referência factual</b>
1	Desrespeito a graduado de serviço
2	Falta de pontualidade ao serviço
3	Ausência ilegítima
4	Falta de atenção no serviço e má uniformização
5	Não ter procedido à avaliação de serviço do efetivo
6	Não ter legalizado uma arma adquirida a terceiro
7	Não comparência a ato processual
8	Não elaboração de expediente em tempo oportuno
9	Omissão de diligência no encaminhamento de denúncia
10	Acidente de viação com descuido na condução
11	Ameaça
12	Prestação de serviço remunerado em dia de dispensa sindical
13	Difamação
14	Omissão de diligência no encaminhamento de denúncia
15	Serviço com taxa de álcool no sangue superior ao legalmente permitido
16	Não comparência a ato médico
17	Falta ao serviço
18	Dormir em ato de serviço
19	Destrução de Corpo de Auto
20	Uso abusivo de telemóvel
21	Acidente de viação com descuido na condução
22	Acidente de viação com descuido na condução
23	Omissão de diligência na guarda de objetos da Esquadra
24	Condução em estado de embriaguez
25	Difamação
26	Falta de diligência no encaminhamento de denúncia
27	Desrespeito a superior hierárquico
28	Permuta de serviço remunerado sem autorização

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discricionariedade e Fundamentação*

29	Violência doméstica e falta de respeito a graduado de serviço
30	Ofensa a integridade física qualificada
31	Consulta indevida do SEI
32	Descuido na condução com produção de dano em viatura policial
33	Consulta indevida do SEI
34	Furto de antena de automóvel
35	Ameaças
36	Acidente de viação com descuido na condução
37	Violência doméstica
38	Comparência a ato médico sem estar uniformizado
39	Comparência a ato médico sem estar uniformizado
40	Falta ao serviço
41	Injúria
42	Omissão de diligência em funções de graduado
43	Omissão de diligência em funções de graduado
44	Falta ao serviço
45	Acidente de viação com descuido na condução
46	Conduta desrespeitosa a denunciante
47	Falta de comparência a ato processual
48	Acidente de viação com descuido na condução
49	Falsificação de documento
50	Omissão de diligência em funções de graduado
51	Falta a serviço remunerado
52	Falta ao serviço remunerado
53	Omissão de diligência na guarda de detido
54	Omissão de diligência em remunerado
55	Falta a serviço remunerado
56	Omissão de diligência em funções de graduado
57	Ausência ilegítima
58	Extravio de material
59	Falta de comparência a ato médico
60	Falta a serviço remunerado
61	Ausência ilegítima

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discricionabilidade e Fundamentação*

62	Falta a serviço remunerado
63	Omissão de diligência na produção de expediente
64	Injúria
65	Recurso indevido à arma de fogo
66	Omissão de diligência na justificação de falta
67	Extravio de documentação
68	Desatenção no serviço de sentinela
69	Serviço com taxa de álcool no sangue superior ao legalmente permitido
70	Extravio de documentação
71	Acidente de viação com descuido na condução
72	Extravio de documentação
73	Falta de pontualidade ao serviço em dias distintos e taxa de álcool no sangue superior ao legalmente permitido
74	Falta de traje policial em serviço
75	Desrespeito a cidadãos
76	Falta injustificada
77	Falsidade de acidente em serviço
78	Acidente de viação com descuido na condução
79	Peculato, Falsidade de testemunho agravado, violação de domicílio por funcionário, falsificação de documento autêntico, denegação de justiça e prevaricação, roubo agravado e abuso de poder
80	Comparência a ato médico sem estar uniformizado
81	Ofensa à integridade física qualificada
82	Comparência a ato médico sem estar uniformizado
83	Omissão de diligência em operação policial
84	Falsificação de documento
85	Falta injustificada



## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - Requerimento para consulta de dados em processos disciplinares no COMETLIS

**Carlos Alberto Batista Correia**

---

**De:** Carlos Alberto Batista Correia  
**Enviado:** terça-feira, 12 de março de 2019 00:51  
**Para:** Tiago Costa Torres Gonçalves  
**Assunto:** Requerimento para consulta de dados em processos disciplinares no COMETLIS

Exmo. Senhor Coordenador do CCDP e das Plataformas *e-learning*  
Subintendente Tiago Gonçalves

No âmbito da frequência do 3.º Curso de Comando e Direção Policial, e com vista à elaboração do Trabalho Individual Final, o signatário pretender abordar o **instituto da suspensão da execução da pena em sede de direito disciplinar**, designadamente sobre a necessidade de fundamentação da aplicação ou não aplicação de tal instituto em sede de despacho decisório que conclua pela existência de infração e pela pena concretamente aplicável.

Assim, solicita a V.ª Ex.ª que sejam desenvolvidos os procedimentos necessários e urgentes, tendo em conta o prazo limite de entrega do sobredito trabalho, **a fim de lhe ser concedida autorização para consulta de todos processos disciplinares do COMETLIS conclusos entre 01JAN e 31DEZ de 2018.**

Cordialmente,

**Carlos Batista Correia**

Comissário  
Adjunto do Comandante

T: +351 211 023 716

F: +351 213 430 534

E: cacorreia@psp.pt

 policiasegurancapublica

 **POLÍCIA**  
SEGURANÇA PÚBLICA

Comando Metropolitano de Lisboa  
Divisão de Segurança e Transportes Públicos  
Divisão de Segurança e Transportes Públicos  
Estação CP Rossio, 1200-147 Lisboa | PORTUGAL  
[www.psp.pt](http://www.psp.pt)




 PT



## APÊNDICE 2 – Autorização para consulta de dados em processos disciplinares no COMETLIS

**POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA  
DIREÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:  
Sua Comunicação:  
Nossa Referência: 86/SECDE/2019  
Classificador: 080.01.01  
Processo: SECDE201800001CCD  
Data: 2019-03-13

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO INDIVIDUAL FINAL DO 3.º CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL

*Autorizado.*  
*20.03.2019*  
*[Assinatura]*

1. O Curso de Comando e Direção Policial (CCDP) compreende a elaboração de um Trabalho Individual Final (TIF) que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema relevante para a segurança interna;

2. O Comissário Carlos Alberto Batista Correia, n.º 146864, pretende abordar o instituto da suspensão da execução da pena em sede de direito disciplinar, designadamente sobre a necessidade de fundamentação da aplicação ou não aplicação de tal instituto em sede de despacho decisório que conclua pela existência de infração e pela pena concretamente aplicável:

a. Neste sentido, solicita a V.Exa que lhe seja concedida autorização para consulta de todos processos disciplinares do COMETLIS conclusos entre 01JAN e 31DEZ de 2018;

3. A Comissária Carla Sofia Miranda Figueiredo Duarte, n.º 149328, pretende analisar as reclamações que são remetidas para a Inspeção da PSP:

a. Neste sentido, solicita a V.Exa que lhe seja concedida autorização para ter acesso à estatística das reclamações endereçadas à Inspeção da PSP, por motivo de reclamação, nos anos 2016, 2017 e 2018;

4. O Comissário José Carlos Paula Maurício, n.º 135902, pretende realizar um trabalho na área da

R. 1.ª de Maio, n.º 3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |  
iscpsi@psc.pt

*A Suspensão da Execução da Pena em Direito Disciplinar:  
Discricionariedade e Fundamentação*

"Higiene, Segurança e Saúde no trabalho da atividade dos formadores de tiro da PSP":

- a. Neste sentido, solicita a V.Exa que lhe seja concedida autorização para ter acesso ao n.º  
total de formadores de tiro da PSP, por Comando;
5. Mais se informa V.Exa. que os Comissários se comprometem a respeitar a confidencialidade e o anonimato dos dados obtidos, bem como a não usar os mesmos fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor, em substituição

Paulo Jorge Gonçalves Sampaio  
Superintendente